

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 1
Proc: 3378/19
GLC**Processo nº:** 3378/2019-e**Origem:** Banco de Brasília S. A - BRB**Assunto:** Auditoria de Regularidade

Ementa: Auditoria Programada. PGA-TCDF/2019. Fiscalização para verificar a legalidade e a regularidade dos atos praticados e das despesas relacionadas à gestão de pessoal, bem como examinar a adequação dos controles internos afetos a área. Relatório Prévio de Auditoria nº 04/2019.

Encaminhamento à jurisdicionada para manifestação (Despacho Singular nº 273/2019 - GCPM). Juntada de documentos. Relatório Final de Auditoria. Determinações à jurisdicionada, às Secretarias de Estado de Economia, de Educação, de Justiça e Cidadania, de Saúde e ao Metrô - DF. (Decisão nº 4387/2019). Prorrogação de prazo para interposição de recurso pela jurisdicionada (Despacho Singular nº 074/2020-GCPM). Pedido de Reexame interposto pelo BRB. Conhecido com efeito suspensivo (Decisão nº 3354/2020). Exame de mérito com provimento integral do pedido, tornando sem efeito o item II.c da Decisão n.º 4387/2019, sem prejuízo da adoção por parte da jurisdicionada, das medidas reportadas no item II.d do decisum, em relação ao achado de auditoria reportado no item 2.3.1.1 do Relatório Final de Auditoria (Decisão nº 1427/2021). Cumprimento parcial. Reiteração (Decisão nº 682/2022).

Cumprimento total ou parcial das determinações. Verificação em futura auditoria. Arquivamento dos autos.

Senhor Diretor,

Trata-se de auditoria de regularidade realizada na gestão de pessoas do Banco de Brasília S.A - BRB, em conformidade com o Plano Geral de Ação desta Corte para o exercício de 2019, aprovado na Decisão Administrativa nº 64/2018 no Processo nº 35410/2018, objetivando verificar a legalidade e a regularidade dos atos praticados e das despesas incorridas, bem como examinar a adequação dos controles internos afetos à área, com ênfase nos aspectos definidos nas Questões de Auditoria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 2
Proc: 3378/19
GLC

2. Cópia do Relatório Prévio de Auditoria nº 4/2019 (peça 10) foi encaminhada à empresa para conhecimento e manifestação, de acordo com o art. 41, § 2º, da LC nº 01/94, combinado com o art. 1º, § 1º, da Resolução TCDF nº 271/2014, consoante o Despacho Singular nº 273/2019 (peça 13).

3. As considerações do BRB foram apresentadas por meio Ofício Dirco – 2019/075 (peça 16), cuja análise resultou no Relatório Final de Auditoria nº 4/2019 (peça 17), o qual, com as ponderações e acréscimos feitos pelo Parecer nº 725/2019 – G4P (peça 20), serviu de base para o voto condutor da Decisão nº 4387/2019 (peça 23).

4. O BRB apresentou Pedido de Reexame (peça 52), o qual foi conhecido e teve efeito suspensivo (Decisão nº 3354/2020 – peça 58). Em seguida, o Núcleo de Recursos (NUREC/TCDF) analisou o mérito, cuja conclusão foi pelo não provimento do pedido, acompanhado pelo MPjTCDF. Contudo, o Tribunal, por unanimidade, decidiu, acompanhando o VOTO do ilustre Relator, pelo provimento integral do pedido, tornando sem efeito o item II.c da Decisão n.º 4387/2019, sem prejuízo da adoção por parte da jurisdicionada, das medidas reportadas no item II.d do decisor, em relação ao achado de auditoria reportado no item 2.3.1.1 do Relatório Final de Auditoria (Decisão nº 1427/2021 – peça 69).

5. A Secretaria de Economia, no Ofício nº 2590/2020 – SEEC/GAB (peça 44), de acordo com sugestão da unidade de controle interno da Pasta, no Memorando nº 60/2020 – SEEC/GAB/UCI (doc SEI 34948628), enviou as informações prestadas pela Subsecretaria de Coordenação das Estatais e Órgãos Colegiados mediante Despachos – SEEC/GAB/SEST-DF (docs SEI 34780853 e 37873394).

6. Deste modo, nesta etapa, examina-se o cumprimento da Decisão nº 682/2022, nestes termos:

I – tomar conhecimento dos Ofícios n.ºs 168/2020 – SEE/GAB e 162/2020 – SEE/GAB/ASTEC, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF, 880/2020 – SES/GAB, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, 289/2020 – SEJUS/GAB, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS/DF, e 2590/2020 – SEEC/GAB, da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC/DF (peças 41 a 44 e 85 a 87); II – considerar: a) parcialmente atendidos o item III e, em relação às Secretarias de Estado de Educação e de Saúde do Distrito Federal, o item IV da Decisão n.º 4387/2019; b) atendido, quanto à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, o item IV da Decisão n.º

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 3
Proc: 3378/19
GLC

4387/2019; c) não cumpridos, pelo Banco de Brasília – BRB e pelo Metrô/DF, os itens II e IV, respectivamente, da Decisão n.º 4387/2019; III – determinar: a) ao Banco de Brasília que apresente os esclarecimentos devidos referentes ao cumprimento da determinação inserta no item II da Decisão n.º 4387/2019; b) à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal que informe o andamento atual das medidas indicadas no inciso V, alíneas “a”, “b” e “d”, da Decisão n.º 3372/2017, pertinentes à gestão dos empregados das estatais do Governo do Distrito Federal; c) às Secretarias de Estado de Educação e de Saúde do Distrito Federal e ao Metrô/DF que informem o resultado das apurações relativas aos seus servidores e empregados quanto à duplicidade de recebimento de benefícios, consoante o noticiado no inciso IV da Decisão n.º 4387/2019; IV – alertar o Banco de Brasília e o Metrô/DF sobre a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 1/94, em caso de descumprimento injustificado do determinado; V – autorizar a remessa de cópia da INSTRUÇÃO - DIFIPE1, desta decisão e da Decisão n.º 4387/2019, ao Banco de Brasília, às Secretarias de Estado de Economia, de Educação e de Saúde do Distrito Federal, bem como ao Metrô/DF, para subsidiar a adoção das providências indicadas, bem como o retorno do feito em exame à SEFIPE, para os devidos fins.

7. Em atendimento à determinação plenária, a Secretaria de Educação encaminhou o Ofício N° 206/2022 - SEE/SECEX (e-DOC 7F2ED9B7 – peça 107), a Companhia do Metropolitano, os Ofícios N°s 220 e 330/2022 - METRO-DF/PRE/GAB (e-DOC DF5B6A06 – peça 109, e e-DOC 143C3940 – peça 127), o Banco de Brasília, o OFÍCIO DIPES – 2022/014 e 2022/16 (e-DOCs 907223FF e 70DEC28A – peças 119 e 134), a SES, o Ofício N° 2577/2022 - SES/GAB (e-DOC 89CF4969-c – peça 108) e SEEC, Ofício N° 2441/2022 - SEEC/GAB (e-DOC 5243CB0B – peça 131).

8. Nesta esteira, relaciona-se a seguir as respostas apresentadas pelos órgãos jurisdicionados e a análise realizada sobre o atendimento às diligências.

III – determinar:

a) ao Banco de Brasília que apresente os esclarecimentos devidos referentes ao cumprimento da determinação inserta no item II da Decisão n.º 4387/2019;

Decisão n.º 4387/2019:

II. determinar ao Banco de Brasília S.A. que:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 4
Proc: 3378/19
GLC

a) no que diz respeito à incorporação de gratificação, observe as mudanças advindas do novel § 2º do art. 468 da CLT e adote providências com o objetivo de obstar eventual incorporação de valores referente ao período compreendido entre 11.11.2017 a 31.8.2018 (item 2.1 do Relatório Final de Auditoria);

b) doravante, envide esforços no sentido de, ao pactuar novos acordos trabalhistas, adequar aos princípios aplicáveis à administração pública as cláusulas que versam sobre a:

1) incorporação administrativa, de forma a retratar o que estabelecer a Justiça Trabalhista acerca dos efeitos da Súmula nº 372 – TST, em face das mudanças advindas do novel § 2º do art. 468 da CLT, para assim não estender o direito à referida incorporação para além do prazo fixado pela legislação e a jurisprudência (item 2.1 do Relatório Final de Auditoria);

9. O BRB disponibilizou acesso ao processo SEI 00600-00002543/2022-15. O OFÍCIO DIPES-2022/016, dele constante, informa que:

2. O item II, alínea “a” e alínea “b”, 1, da Decisão nº 4387/2019, determinam que o BRB observe as mudanças advindas do § 2º do art. 468 da CLT, que trata da incorporação de gratificação (item 2.1 do Relatório final da Auditoria). Cumpre informar que, na data base de 2018, o Banco de Brasília reuniu-se com o Sindicato dos Bancários para tratar do assunto. O sindicato, por sua vez, foi contrário à realização de aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho assinado em setembro/2018 com a CONTRAF/CUT e a CONTEC, alegando que a inclusão da informação geraria prejuízo aos empregados, inclusive cogitando indicativo de greve. Diante da irredutibilidade das entidades sindicais quanto à supressão da incorporação administrativa para os funcionários admitidos até 31/08/2018, o BRB decidiu manter a incorporação administrativa, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, por entender que a greve cogitada pelas entidades sindicais geraria prejuízos, reputacional e de imagem, ao Banco e aos seus clientes, com a interrupção de serviços. Desde então, o Banco tem levado o assunto da incorporação de gratificação em todas as mesas de negociação salarial, uma vez que qualquer decisão unilateral pode incorrer em dissídio coletivo.

10. Como já apontado no Relatório Final de Auditoria nº 04/2019 (e-DOC 09D40A8E), a correta limitação da incorporação administrativa seria para os empregados admitidos até 10.11.2017, início da vigência da Lei nº 13.467/2017. Portanto, a extensão aos empregados admitidos até 31.08.2018 extrapola a previsão legal.

11. Contudo, cabe lembrar a também novel previsão de prevalência do acordo coletivo sobre a lei, nos termos do art. 611-A da LCT, incluído pela Lei nº 13.467/2017, *in verbis*:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 5
Proc: 3378/19
GLC

“Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:

[...]

V - plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança; [...]

2) dispensa de empregados para atividades sindicais com ônus para empresa visando desonerar o Banco em valores acima do razoável (item 2.1.3.2 do Relatório Final de Auditoria);

12. O BRB informou que:

3. O item II, alínea “b”, 2, da Decisão nº 4387/2019, dispõe que o Banco de Brasília envide esforços no sentido de, ao pactuar novos acordos trabalhistas, adequar-se aos princípios aplicáveis à administração pública, no que tange à dispensa de empregados para atividades sindicais com ônus para empresa visando desonerar o Banco acima do razoável (item 2.1.3.2 do Relatório Final de Auditoria). O item faz referência à cláusula 68, § 2º, do ACT 2018/2020, in verbis:

“O BRB mediante solicitação do SEEB/DF, procederá à cessão de até 7 (sete) empregados, todos com ônus para o BANCO, eleitos para compor a diretoria da entidade ou de entidades sindicais às quais encontram-se vinculadas e/ou filiadas organicamente, a critério do SEEB/DF, assegurando-lhe a manutenção do pagamento do valor da remuneração integral, inclusive gratificação e complementos, sendo o afastamento considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais.”

4. Com relação à liberação de empregados para o exercício de mandato de Dirigente Sindical com ônus para o Banco, o BRB possui a média de 1 (um) dirigente para cada 488 (quatrocentos e oitenta e oito) empregados, estando, portanto, aderente à média praticada por outras instituições financeiras, que é de 1 (um) dirigente para cada 460 (quatrocentos e sessenta) à 510 (quinhentos e dez) empregados. Em que pese o enquadramento atual e o aumento do quadro de pessoal do Banco em 2021/2022, sem incremento de empregados liberados ao Sindicato, o BRB envidará esforços junto às entidades sindicais para a negociação dos quantitativos.

13. Tangente ao número de empregados afastados para exercício de atividades sindicais, esta Corte, nos Processos 9591/18 e 31350/18, já entendeu que não há impedimento legal para liberação de até sete funcionários, conforme Voto do Conselheiro Paulo Tadeu, proferido nos autos 31350/2018 (Auditoria na área de pessoal na Caesb), ao tratar sobre o tema:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 6
Proc: 3378/19
GLC

[...]

O primeiro ponto diz respeito ao achado que trata da liberação, em tempo integral, de 7 (sete) empregados para exercício de atividades sindicais, com ônus para a CAESB.

A matéria cinge-se, portanto, à quantidade de dirigentes sindicais liberados ao Sindágua- DF, com ônus para a entidade auditada. Inicialmente, deve-se lembrar que a Caesb, como sociedade de economia mista, sujeita-se ao regime jurídico das empresas privadas, notadamente quanto aos direitos e obrigações trabalhistas, sendo seus empregados submetidos à Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

Pois bem. Sabe-se que tanto a Constituição como a CLT conferiram especial proteção ao chamado direito coletivo do trabalho, materializado, entre outros, no princípio da liberdade sindical.

O aludido princípio, em sua dimensão coletiva, assegura a liberdade de um determinado grupo constituir o sindicato que pretender, conferindo-lhe a fisionomia e o funcionamento que desejar, com ampla autonomia, vedada intervenção estatal tendente a inibir-lhe o funcionamento.

Outrossim, sabe-se que os Acordos Coletivos se constituem normas jurídicas autônomas, assumindo, inclusive, após o advento da Lei n.º 13.467/17 (Reforma Trabalhista), especial força ante ao legislado.

Nesse contexto, trazendo todo esse raciocínio para o caso concreto, penso que, não obstante se mostrem nobres as razões apontadas pela equipe de auditoria, a cláusula constante do ACT 2017/2018, que versa sobre a liberação de dirigentes sindicais, encontra-se, s.m.j., dentro dos limites impostos pela CLT.

A uma, porque a regra estampada no acordo quanto ao número de empregados liberados com ônus para a Caesb encontra diretriz, quero crer, no próprio direito do trabalho, nos termos do art. 522 da CLT. Eis o teor da referida norma:

Art. 522. A administração do sindicato será exercida por uma diretoria constituída no máximo de sete e no mínimo de três membros e de um Conselho Fiscal composto de três membros, eleitos esses órgãos pela Assembleia Geral.

A duas, porque a concessão de licença remunerada para cumprir mandato sindical é uma faculdade do empregador, conforme preceitua o próprio § 2º do art. 543 da CLT, citado pelo Corpo Técnico. Assim, por liberalidade da empresa, que assim anuiu às cláusulas avençadas no ACT, fixou-se aquele número de dirigentes com ônus para companhia, não havendo, na hipótese, inobservância aos princípios informadores da administração pública previsto no art. 37 da Carta Maior.


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

 Fls.: 7
 Proc: 3378/19
 GLC

Com efeito, o que não se pode perder de vista é a necessidade de a Caesb, quando das negociações com o sindicato representativo da categoria, perseguir os interesses da Companhia e o próprio interesse público justificante de sua existência.

14. Assim sendo, encontra-se superada a questão.

d) tome medidas administrativas tendentes a evitar ocorrências como as referidas no item anterior, inclusive, mediante a explicitação em ACT e Acordo de Gestão com os seus Dirigentes, dos procedimentos a serem adotados na hipótese de o Banco reconhecer tardiamente a existência de erro/fato que culmine na retificação (reapresentação) das demonstrações contábeis com impacto positivo ou negativo, nos parâmetros então utilizados para o aferimento e fixação dos valores a serem distribuídos a título de Participação nos Lucros/resultados;

15. O BRB informou que:

5. O item 2, alínea “d” da Decisão nº 4387/2019 determina que o BRB tome medidas administrativas tendentes a evitar ocorrências como as referidas no item “c”, inclusive, mediante a explicitação em ACT e Acordo de Gestão com os seus Dirigentes, dos procedimentos a serem adotados na hipótese de o Banco reconhecer tardiamente a existência de erro/fato que culmine na retificação (reapresentação) das demonstrações contábeis com impacto positivo ou negativo, nos parâmetros então utilizados para o aferimento e fixação dos valores a serem distribuídos a título de Participação nos lucros/resultados. Em todos os Termos Aditivos aos Acordos Coletivos de Trabalho relativos ao período mencionado no item “c” da Decisão, anexos a este ofício, pode-se observar a constância da cláusula segunda e seu parágrafo único, especificando que o valor da PLR, corresponderá aos percentuais de lucratividade do BRB, auferidos nos termos do art. 202, da Lei 6.405/1976:

“CLÁUSULA SEGUNDA: O Valor Total da Premiação pelo alcance do lucro e do resultado a ser pago no PROGRAMA ajustado entre o BRB e a CONTRAF/CUT, corresponderá aos percentuais de lucratividade do BRB inscritos na tabela seguinte:

PERCENTUAL DE RENTABILIDADE SOBRE O PL MÉDIO DO BANCO, NO SEMESTRE	PERCENTUAL DO LUCRO LÍQUIDO A SER DISTRIBUÍDO A TÍTULO DE PLR
DE 0,1% a 14,00%	15,00%
DE 14,01% A 19,99%	17,00%
IGUAL OU MAIOR QUE 20%	20,00%

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 8
Proc: 3378/19
GLC

PARÁGRAFO ÚNICO: *Entende-se por lucro líquido, para fins deste acordo, aquele utilizado como base para pagamento de dividendos, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/1976.”*

6. *Eventualmente, auferidos erros de escrituração contábil, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.007/2011, na CPC 23 e na Instrução Normativa RFB nº 1.774/2017, fica proibida a reabertura de escrituração contábil encerrada para ajustes, sendo permitida apenas a realização de lançamento extemporâneo nas demonstrações financeiras, para ajuste do período comparativo. Assim sendo, conforme determina a CPC 23, a compensação decorrente de erros auferidos no 1º e 2º Semestre/2015, exercício de 2016 e 1º e 2º Semestre/2017, foram contabilizadas com efeito, positiva ou negativa, na apuração da PLR do período subsequente ao da retificação e pagas aos empregados.*

16. As normas contábeis existentes são bastante rígidas. O resultado, uma vez apurado e divulgado, é válido, até porque já houve análise de auditoria externa e esse resultado (lucro) é base não somente para distribuição de lucros a empregados ou dividendos a acionistas, mas também para o fisco (tributos). Qualquer retificação, desde que bem evidenciada e justificada não é proibida, tanto que é prevista em todas as normas contábeis. No caso em tela, assegura o Banco que as incorreções na escrituração contábil foram consideradas “na apuração da PLR do período subsequente ao da retificação”. Nesta esteira, pode-se considerar cumprida a questão.

e) providencie medidas necessárias ao ressarcimento aos cofres do Banco dos valores pagos a seus ex-empregados indevidamente a título de Indenização PDVI, observado o direito de defesa (item 2.3.1.3 do Relatório Final de Auditoria);

17. O BRB informou que:

7. *O item 2, alínea “e” da Decisão nº 4387/2019, determina que o BRB providencie medidas necessárias ao ressarcimento aos cofres do Banco dos valores pagos aos seus ex-empregados (Eurypedes Pamplona Sobrinho, Maria de Fatima Martins Frazao, Vanderley Batista Barbosa e Ribamar Carvalho de Souza), indevidamente, a título de Indenização de PDVI, observado o direito de defesa (item 2.3.1.3 do Relatório final da Auditoria).*

8. *Cumpre destacar que os ex-empregados Eurypedes Pamplona, Maria de Fatima e Ribamar Carvalho, apontados na auditoria, propuseram acordo para a devolução dos valores, sendo que Eurypedes Pamplona e Maria de Fátima concluíram a devolução e o Ribamar Carvalho tem conclusão de quitação prevista para 20/09/2022.*

9. *Apenas o ex-empregado VANDERLEY BATISTA BARBOSA não realizou proposta de acordo para ressarcir o Banco referente ao valor*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 9
Proc: 3378/19
GLC

recebido a maior. Diante da situação, encaminhamos a documentação para a área jurídica do BRB realizar a cobrança judicial, que se manifestou sobre o caso, in verbis:

“Trata-se de solicitação da GEPAG para ajuizamento de ação de cobrança judicial em desfavor do ex-funcionário Vanderley Batista Barbosa, matrícula 1165-0, em razão do recebimento a maior em sua rescisão, no valor de R\$ 45.583,72 (quarenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos), referente à quantia recebida de indenização do PDVI.

Ocorre que, conforme relatado abaixo, a data do desligamento do ex-empregado, foi em 17/07/2017.

Considerando que ação de cobrança ajuizada por empregador pretendendo o ressarcimento de valores devidos pelo empregado decorrente da relação de trabalho, atrai a incidência da prescrição bienal trabalhista prevista no art. 7º, XXIX, da Constituição Federal, conclui-se que é flagrante a prescrição no caso.

Dessa forma, considerando que a prescrição aplicável, no caso, é a trabalhista, qual seja, de 2 anos e que, com a ação, devemos ser condenados no pagamento de custas e honorários sucumbenciais, entendo que não há providências judiciais a serem adotadas para reaver o valor em questão.”

18. Verifica-se que houve o ressarcimento parcial ou total em três dos quatro casos. Em relação ao último caso, o ajuizamento de ação judicial viu-se obstada pela prescrição bienal para a pretensão de ressarcimento de valores pagos a maior nos cálculos de indenização decorrente de adesão de ex-empregado ao PDV, nos termos do artigo 7º, XXIX, da Constituição Federal. Portanto, pode-se considerar cumprido o item.

f) reveja, à vista do disposto no art. 19, § 8º da Lei Orgânica do DF c/c o art. 1º, alínea “o” da Lei Complementar nº 64/90, com a redação dada pela Lei Complementar nº 135/10, bem como da punição vista no DODF de 24.1.2014, Seção 2, pág. 25, a designação do empregado de Matrícula 84041 para o exercício de Função Gratificada, bem como os efeitos da aludida punição à vista do que dispunha o Edital do Concurso Público que deu origem à contratação (item 2.4.1.1 do Relatório Final de Auditoria);

19. O BRB informou que:

[...] o empregado Sérgio Paulo de Almeida Santos, matrícula 84041, foi descomissionado da função gratificada de Analista Tecnológico Júnior e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 10
Proc: 3378/19
GLC

retornou ao cargo efetivo de Analista de Tecnologia da Informação a partir de 01/08/2019, conforme portaria DIPES 794/2019, anexo I.

20. O jurisdicionado informou que o empregado não ocupa mais função gratificada, todavia, nada informou sobre a punição à vista do que dispunha o Edital do Concurso Público que deu origem à contratação.

21. O EDITAL NORMATIVO Nº 1/CP28 – BRB, DE 9 DE JANEIRO DE 2013, dispõe que “o candidato que não as satisfaça no ato da admissão, mesmo tendo sido aprovado, será automaticamente eliminado do concurso”. Um dos requisitos para a admissão no cargo é “não possuir sentença criminal condenatória transitada em julgado que impeça o exercício das atividades inerentes ao cargo”.

22. Na Ação Penal TJDFT 0006014-93.2012.8.07.0006, o Sr. Sérgio Paulo de Almeida Santos foi condenado, nos termos da Sentença de 10/04/2013:
[...] julgo procedente a pretensão punitiva, CONDENO o acusado SÉRGIO PAULO DE ALMEIDA SANTOS como incurso no art. 313-A c/c artigos 16 e 71, todos do CP e aplico-lhe as penas de 10 meses e 20 dias de reclusão, regime inicial ABERTO, e 15 dias-multa, à razão unitária mínima. SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por 01 pena restritiva de direitos, a ser imposta pelo Juízo da Execução Penal. [...]

23. Houve apelação e o recurso foi desprovido. O acompanhamento da execução penal ocorreu pelos Autos nº 00692514020138070015, sendo a data do trânsito em julgado da sentença de extinção de punibilidade (por cumprimento integral de sua pena) em 25/01/2016. Assim, em que pese a sentença condenatória suceder o edital de concurso, consta que houve comutação da pena imposta ao empregado, o que lhe permitiu “o exercício das atividades inerentes ao cargo”, sendo certo que referida condenação não teve como efeito eventual perda de cargo. Desse modo, tendo em conta que o Banco já procedeu ao descomissionamento do empregado, tem-se por superada a questão.

g) aplique, de forma rotineira, medidas necessárias ao cumprimento do disposto no Decreto nº 33.564/12¹ e alterações com vistas a evitar inobservância à vedação tratada no art. 19, § 8º, da Lei Orgânica do DF (item 2.4.1.1 do Relatório Final de Auditoria);

24. O BRB informa que:

¹ O Decreto nº 33.564/2012 foi revogado pelo Decreto nº 39.738/2019.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 11
Proc: 3378/19
GLC

[...] foram adotados procedimentos para a coleta das declarações nas posses de todos os novos empregados e alteração dos normativos definindo novos procedimentos referentes ao preenchimento de declaração específica sobre a Inexistência de Causa de Inelegibilidade para os casos de novas admissões e designações.

25. O jurisdicionado comunica sobre a exigência da declaração de Inexistência de Causa de Inelegibilidade. Todavia, nota-se que na alteração trazida pela Emenda à Lei Orgânica 113, de 17/07/2019, ao § 8º do art. 19 da LODF, há outras vedações tangentes à designação para função de confiança ou a nomeação para emprego ou cargo em comissão, *in verbis*:

§ 8º É proibida a designação para função de confiança ou a nomeação para emprego ou cargo em comissão, incluídos os de natureza especial, de pessoa condenada, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 anos após o cumprimento da pena, salvo se sobrevier decisão judicial pela absolvição do réu ou pela extinção da punibilidade, por:

I - ato tipificado como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral;

II - prática de crimes previstos na Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - prática de crimes previstos na Lei federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;

IV - prática de crimes previstos na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha.

26. Portanto, em cumprimento à LODF, a declaração também deve fazer menção à prática de crimes previsto nas Leis Federais 8.069/1990, 10.741/2003 e 11.340/2006.

h) havendo acumulação de cargos e empregos públicos ou requisição de agente público para o exercício de atividades no Banco, exija, além da manifestação formal do empregado acerca da não acumulação de benefícios em outros órgãos ou entidades públicas, a declaração do órgão ou entidade no qual o empregado tenha outro vínculo para a concessão de auxílios alimentação, pré-escolar e saúde;

27. O BRB informou que:

12. O item II, alínea “h” da Decisão nº 4387/2019, determina que havendo acumulação de cargos e empregos públicos ou requisição de agente público para o exercício de atividades no Banco, seja exigido, além da manifestação formal do empregado acerca da não acumulação de benefícios em outros órgãos ou entidades públicas, a declaração do órgão

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 12
Proc: 3378/19
GLC

ou entidade no qual o empregado tenha outro vínculo para a concessão de auxílios alimentação, pré-escolar e saúde.

13. Anualmente, o BRB solicita a apresentação da Declaração de acumulação ou não de cargos, em cumprimento ao art.37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal e aos arts. 46 a 49 da Lei Complementar Distrital nº 840/11. Tal exigência, também está prevista no Manual de Atendimento ao Empregado, no item 10.5:

Manual de Atendimento ao Empregado do BRB:

10.5.1. Em atendimento ao Art.37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal, e aos Arts. 46 a 49 da Lei Complementar Distrital nº 840/11, anualmente os empregados da administração pública devem Declarar a Não Acumulação de Cargos, emprego, função pública na administração direta, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação (nas esferas Federal, Estadual, Municipal, Distrital), salvo exceções previstas na lei ou aposentadorias em Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (exclusiva para servidores públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios), salvo exceções previstas na lei.

14. Aos empregados que manifestam acumulação de cargos, é solicitada a apresentação do Documento Oficial emitido pelo órgão público (União, Estado, Município ou Distrito Federal) onde acumula cargo.

15. Os empregados que declaram o recebimento de aposentadoria/pensão de RPPS devem apresentar Documento Oficial emitido pelo órgão público (União, Estado, Município ou Distrito Federal) pagador da aposentadoria/pensão/reforma.

16. Em análise do parecer de auditoria:

45. " o MPC/DF sugere determinação para que o BRB, no havendo acumulação de cargos e empregos públicos ou requisição de agente público para exercício de atividades no Banco, além da manifestação formal do empregado acerca da não acumulação de benefícios em outros órgãos ou entidades públicas, exija declaração do órgão ou entidade no qual o empregado tenha outro vínculo para concessão de auxílios alimentação, pré-escolar e saúde."

17. Em cumprimento às demandas de auditorias anteriores do TCDF, os empregados que declararam acumulação de cargos foram intimados a apresentar termo de opção de benefícios, no qual constou a formalização de regularização do processo.

18. Ainda consoante a recepção de benefícios em duplicidade, houve um trabalho para a regularização conforme a seguir:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 13
Proc: 3378/19
GLC**• Auxílio-Creche**

O Manual de Atendimento ao Empregado vigente prevê que o benefício Auxílio-Creche é concedido em razão da criança e não do empregado. Por esta razão, é vedada a acumulação do benefício, no âmbito ou fora do Banco, por meio do cônjuge, ou pelo próprio empregado, caso este esteja cedido para outro órgão.

[...]

A título de informação, aos empregados que optam por receber o Auxílio-creche no BRB, no ato de adesão, solicitamos a assinatura do Termo de Recebimento do Auxílio-Creche, onde estão previstas as regras para concessão do Benefício. (Anexo VIII) O Manual de Atendimento ao Empregado, com vigência a partir de 24/06/2022, e o termo de opção foram ajustados de modo a clarificar a proibição de acúmulo do benefício, conforme abaixo:

“ 3.2.6. É vedada, por conseguinte, a acumulação da vantagem em relação ao mesmo dependente no âmbito do Banco, se o pai e a mãe forem empregados do Banco.

3.2.7. É vedada a acumulação do benefício normal e especial em relação ao mesmo dependente, pelo empregado ou se concedido por outra fonte.

3.2.8. O empregado (a) atestará, por meio do termo de opção do auxílio creche, que o cônjuge não recebe o auxílio-creche em nome do mesmo dependente em outro órgão.

• Auxílio-Alimentação

Sobre o acúmulo indevido do Benefício Auxílio-Alimentação, apenas o empregado Ronie Peterson de Oliveira Aguiar dos Santos apresentou irregularidade, visto que ele estava recebendo o benefício do BRB e concomitantemente na Secretaria de Estado de Educação. O empregado foi notificado e optou pela continuidade de recebimento do auxílio no BRB, conforme termo em anexo (Anexo IX).

Diante disso, o BRB notificou a Secretaria de Estado de Educação, via SEI, sob processo nº 0041-00000146/2019-04, a qual procedeu com a exclusão do auxílio a partir de setembro/2019 e seguiu com as providências necessárias para a devolução do benefício naquele órgão, por parte do empregado. (Ofício SEI-GDF Nº 206/2019- SEE/SUGEP/DIPAE/GCONB). Atualmente, o empregado está cedido para a Defensora Pública-Geral do Distrito Federal, e não recebe benefícios no BRB.

O Manual de Atendimento ao Empregado do BRB prevê sobre a vedação do acúmulo do benefício por outras fontes pagadoras.

Manual de Atendimento ao Empregado:

7.1.21. O auxílio-alimentação não pode ser acumulado com outro benefício da mesma espécie, ainda que pago, “in natura”, fornecido por outra fonte, no caso de empregado que tenha dois empregos, permitidos por lei ou cedido a outro órgão.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 14
Proc: 3378/19
GLC

28. O jurisdicionado passou a exigir a apresentação de declaração emitida por outro órgão em caso de acumulação de cargos. Todavia, não há notícia sobre a verificação de compatibilidade horária entre os cargos ou sobre a concessão de benefícios em duplicidade.

29. Tangente ao auxílio creche, a jurisdicionada informa que os empregados Keila Fernanda Lima de S. Braga, Jacira Alves de Oliveira Brandão, Tatiana Silva Amaral Alves, Eduardo Miranda Lisboa e Thiago Tavares de Oliveira, fizeram opção pela percepção do auxílio no Banco, cabendo aos cônjuges o ressarcimento no vínculo de origem (v. e-Doc C7C3038E), e que a empregada Tatiane Martins de Souza optou pela percepção em outro vínculo, tendo ressarcido ao BRB os valores percebidos indevidamente. Assim, pode-se ter por saneadas as pendências antes identificadas.

30. Ainda quanto ao referido benefício, aponta-se que o processo de verificação pode ser fortalecido com a exigência de declaração do órgão do cônjuge/companheiro sobre o recebimento do benefício em relação ao dependente.

b) à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal que informe o andamento atual das medidas indicadas no inciso V, alíneas “a”, “b” e “d”, da Decisão n.º 3372/2017, pertinentes à gestão dos empregados das estatais do Governo do Distrito Federal;

Decisão 3372/2017:

V – alertar o Sr. Chefe do Poder Executivo quanto à necessidade da adoção das seguintes medidas afetas à Gestão de Pessoal:

a) normatizar, em caráter urgente, a participação dos empregados das estatais do Distrito Federal nos resultados e lucros dessas empresas, a teor do disposto no art. 5º da Lei Federal nº 10.101/00, c/c o art. 7º, inciso XI, da Constituição Federal (vide item 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria);

31. A SEEC comunicou que:

2.4.1. A despeito da alínea “a”, após estudos técnicos e visando a participação das empresas, instruímos por meio do processo 00040-00031343/2021-18, a Circular n.º 167/2021 - SEEC/GAB, doc. 74595743, solicitando junto às instituições sugestões de aprimoramento da minuta de Decreto elaborada por esta unidade, que regulamenta a participação dos empregados públicos nos lucros e resultados – PLR das empresas estatais.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 15
Proc: 3378/19
GLC

2.4.2. Vencido essa fase, concluímos o citado processo, que tinha por finalidade a consulta junto às empresas estatais. Com base nas colocações e após estudos, formalizamos por meio do processo nº 00040-00009661/2022-75, nova proposta de regulamentação da PLR, doc. SEI nº 82233280.

2.4.3. Atualmente a minuta encontra-se na Assessoria Jurídica Legislativa – AJL, para análise, unidade vinculada ao Gabinete desta Secretaria de Estado, para emissão de parecer.

2.4.4. Vale antecipar que consta na referida Minuta de Decreto um dispositivo com vedação expressa à distribuição de lucros nas estatais dependentes dos recursos do Distrito Federal.

2.4.5. Acreditamos que a referida normatização, além de atender à exigência legal, propiciará mais segurança jurídica às empresas estatais quando da elaboração do programa de distribuição de lucros - PLR.

32. Noticia-se que houve a publicação do Decreto nº 43.532, de 11 de julho de 2022, que regulamentava a participação dos empregados públicos nos lucros e resultados das empresas estatais do Distrito Federal, e suas subsidiárias, sendo, contudo, revogado pelo Decreto 43.612, de 01/08/2022.

33. Constata-se que estão sendo adotadas medidas visando ao cumprimento da determinação plenária. Não obstante, como ainda não houve a publicação do regramento balizador e a matéria segue sem normatização, cabe o acompanhamento em futuras fiscalizações.

b) tornar públicas as políticas/diretrizes afetas à gestão de pessoal, visando balizar os processos de negociação trabalhista no âmbito das estatais, com vistas a evitar a ocorrência de celebração de cláusulas contendo conteúdo atentatório aos princípios insculpidos nos arts. 37 da Constituição Federal e 19 da LODF, bem ainda tratamentos díspares na concessão de benefícios com natureza/características assemelhadas entre as entidades distritais, observando os aspectos econômicos e financeiros, o ambiente concorrencial, além das características próprias afetas a área de atuação de cada estatal (vide item 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria[...]);

34. A SEEC comunicou que:

2.6. Por meio do processo 00040-00031332/2021-20, e com a participação das empresas estatais, elaboramos proposta de minuta de Decreto que visa normatizar as regras dos Acordos Coletivos de Trabalho – ACTs a serem celebrados nas empresas estatais do Distrito Federal e suas subsidiárias.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 16
Proc: 3378/19
GLC

2.7. A referida proposta baseou-se, também, nos estudos técnicos e legais desenvolvidos no âmbito desta Unidade, levando em consideração, dentre vários aspectos, o levantamento dos benefícios previstos em ACTs das empresas, as negociações ocorridas, as particularidades de cada uma, no intuito de mapearmos as características uniformes que envolve cada instituição.

2.8. Como fruto desse trabalho, identificamos, que em vários ACTs foram realizados pelas empresas, sem que houvesse um mínimo de uniformidade em relação aos termos pactuados, partindo de sua própria premissa, sem uma diretriz geral em relação à política pública e à capacidade orçamentária-financeira.

2.9. Registramos que a determinação citada, vem de encontro desta Unidade, pois entendemos que a minuta objetiva preencher vácuo legal em virtude da ausência de norma específica para disciplinar as diretrizes básicas indispensáveis à celebração de ACTs das empresas estatais do Distrito Federal.

2.10. Ainda sobre o assunto e a título de informação, a proposta regulamentará a instrução processual, fluxo, prazo, dentre várias diretrizes, que julgamos basilares para segurança jurídica, como também para o fortalecimento da eficiência, da eficácia e da economicidade da gestão pública.

35. Noticia-se que houve a publicação do Decreto nº 43.557, de 15 de julho de 2022, que dispunha sobre as regras gerais dos Acordos Coletivos de Trabalho - ACT e termos aditivos a serem celebrados nas empresas estatais do Distrito Federal, inclusive suas subsidiárias, sendo, contudo, revogado pelo Decreto 43.611, de 01/08/2022.

36. Constata-se que estão sendo adotadas medidas visando ao cumprimento da determinação plenária. As normas em elaboração, a que se reporta a jurisdicionada, serão objeto de apreciação pela Corte nas futuras fiscalizações em entidades da Administração indireta distrital.

d) orientar o seu representante nas Assembleias de acionistas das estatais a consignarem em ata ou no estatuto social orientação no sentido de observar os termos do Decreto nº 33.564/12, em face do disposto no art. 19, § 8º da LODF (vide item 2.2.1.1 do Relatório de Auditoria);

37. A SEEC comunicou que:

2.12. Em atendimento a determinação da Egrégia Corte de Contas, por meio do processo 00040-00003022/2020-34, foram adotados os



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 17
Proc: 3378/19
GLC

procedimentos pertinentes, junto a Procuradoria Geral do Distrito Federal, retratadas nos doc.s (41068888) e (41205713).

2.13. Importante informar que visando o fortalecimento das ações de governo, o Decreto nº 33.564/2012, que estabelece o procedimento para nomeação e as hipóteses de impedimento para a posse e exercício na Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo em função de prática de ato tipificado como causa de inelegibilidade e dá outras providências, foi revogado pelo Decreto nº 39.738/2019, trazendo algumas alterações.

2.14. Paralelamente, por meio do Decreto nº 37.967, de 20 de janeiro de 2017, recepcionamos a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

2.15. Também, foi editado o Decreto nº 39.353, de 25 de setembro de 2018, que dispõe sobre os procedimentos atinentes à atuação da Procuradoria Geral do Distrito Federal na realização das assembleias gerais das sociedades empresariais de que o Distrito Federal participe ou nas quais tenha interesse, e dá outras providências.

2.16. Como podemos observar, essas ações vêm contribuindo para minimizar os riscos de nomeações de empregados que não atendam os critérios e regras dos citados ditames legais.

38. Em relação ao tema, noticia-se a alteração do § 8º, do art. 19, da LODF, pela Emenda à Lei Orgânica 113 de 17/07/2019. Considera-se que os regramentos existentes, quando aplicados, sejam adequados para minimizar o exercício de pessoas inadequadas ao serviço público. Pode-se considerar cumprida a questão.

c) às Secretarias de Estado de Educação e de Saúde do Distrito Federal e ao Metrô/DF que informem o resultado das apurações relativas aos seus servidores e empregados quanto à duplicidade de recebimento de benefícios, consoante o noticiado no inciso IV da Decisão n.º 4387/2019²;

39. A SE noticiou que:

² IV. dar conhecimento dos fatos tratados no item 2.3.1.2 do Relatório de Auditoria, bem como da documentação vista às fls. 20/39 do e-doc 0A2F261B, à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, bem ainda, ao Metrô/DF, com vistas à adoção de providências tendentes a avaliar e, conforme o caso, regularizar as situações de duplicidade na percepção dos benefícios elencados nas Tabelas 1 e 2 do referido achado, inclusive no que se refere ao ressarcimento das parcelas eventualmente recebidas indevidamente do início do fato até a cessação da irregularidade, tendo em vista as manifestas opções dos empregados pelos benefícios pagos pelo Banco, sem prejuízo de apurar possível falta funcional, observado o direito de defesa; (item 2.3.1.2 do Relatório Final de Auditoria);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 18
Proc: 3378/19
GLC

Conforme já informado, o servidor Ronie Peterson de Oliveira Aguiar dos Santos discordou dos termos apresentados para sua regularização, negando a autorização do desconto em folha de pagamento. Esta Secretaria de Estado de Educação encaminhou os autos à Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF, que procedeu na judicialização da demanda no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, sob o Processo nº 0707504-58.2021.8.07.0018.

O processo administrativo nº 00080-00036954/2020-14 permanecerá sobrestado até o deslinde do processo judicial em epígrafe.

40. A SES comunicou que:
foram autuados os processos SEI nºs 00060-00325665/2019-28, em desfavor da servidora CRISTIANE QUINTA DE BRITO MIRANDA, Mat. 1552813 e 00060-00302143/2019-58, em face da servidora JANAINA SIMÕES ANTONIO, Mat. 16722558. Como se pode aferir pelas cópias integrais dos referidos processos (83795246; 83795490), os débitos com o erário, foram ressarcidos.
41. O METRÔ-DF informou que:
Nesse sentido, comunicamos que entramos em contato com os empregados do METRÔ-DF, mencionados nas Tabelas 1 e 2, do Relatório de Auditoria, item 2.3.1.2, (82666481) e solicitamos a apresentação dos documentos que comprovassem a regularização da situação em tela. Desta feita, informamos que consta no processo citado acima todas as justificativas apresentadas pelos empregados relativamente aos débitos encontrados, inclusive comprovantes de devolução do referido benefício no caso do senhor MICHAEL REISMANN GOMES DE PAULA, cujo a quitação fora efetuada no contracheque da senhora Tatiane Martins de Sousa (87391662), assim como nota informativa através do relatório do senhor LUIZ ALVES ABREU JUNIOR, acostado ao expediente (87391494).
42. O BRB noticiou que:
Os empregados que apresentaram irregularidades no recebimento do benefício foram notificados, fizeram opção pelo cadastro do auxílio-creche no BRB e os cônjuges ficaram responsáveis pelo ressarcimento ao outro órgão, conforme documentos em anexo. Com exceção da empregada Tatiane Martins de Souza, a qual optou em manter o recebimento em outro órgão e ressarciu o valor recebido ao BRB, conforme contracheques em anexo. Informamos que a tramitação desses processos ocorreu via SEI, onde constam os demais documentos em seus respectivos processos para eventuais consultas que se fizerem necessárias, inclusive quanto aos procedimentos adotados pelos outros órgãos envolvidos.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 19
Proc: 3378/19
GLC

ÓRGÃO	PROCESSO SEI	MATRÍCULA	MATRÍCULA BRB/NOME	FILHO
028- Sec Est. De Justiça e Cidadania	00041.00000145/2019-51	14312360	6901- Keila Fernanda Lima - Anexo II	Julia Lima de Souza Braga
028- Sec Est. De Justiça e Cidadania	00041.00000145/2019-51	1731195x	81830-Jacira Alves de Oliveira Brandão - Anexo III	Alice Brandão Alves
870 - Metrô	00041-00000143/2019-62	00018007	82447-Tatiane Martins de Souza - Anexo IV	Miguel Martins de S. de Paula
870 - Metrô	00041-00000143/2019-62	00011975	6713 - Tatiana Silva Amaral - Anexo V	1 - Alice Alves Amaral 2 - Matheus Alves Amaral
552-Sec. Saúde	00041-00000144/2019-15	01552813	6474-Eduardo Miranda Lisboa - Anexo VI	Ana Fernanda Miranda de Brito
552-Sec. Saúde	00041-00000144/2019-15	16722558	6533-Thiago Tavares de Oliveira - Anexo VII	Eduarda Simões Tavares

43. As justificativas dos jurisdicionados podem ser resumidas conforme quadro a seguir.

Beneficiário	Justificativas e Processo SEI
Miguel Martins de S. de Paula	Processo SEI 00097-00007663/2022-56 Tatiane Martins de Sousa, mat. 82447-4, BRB. Opção de recebimento pelo METRÔ-DF. 21 parcelas (a partir de 10/2019). Não há comprovante das devoluções.
Alice Alves Amaral e Matheus Alves Amaral	Processo SEI 00097-00007660/2022-12, ainda sem conclusão. Opção de recebimento pelo BRB.
Ana Fernanda Miranda de Brito	Processo SEI 00060-00325665/2019-28 Cristiane Quinta de Brito Miranda, mat. 1552813, SES. 9 parcelas (08/2019 a 04/2020) – integralmente ressarcido.
Eduarda Simões Tavares	Processo SEI 00060-00302143/2019-58 Janaína Simões Antônio, mat. 16722558, SES. 2 parcelas (03 e 04/2021) – integralmente ressarcido.
Ronie Peterson de Oliveira Aguiar dos Santos	Processo SEI 00080-00036954/2020-14 Processo TJDF 0707504-58.2021.8.07.0018 – em trâmite

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 20
Proc: 3378/19
GLC

44. Destarte, constata-se que ainda não houve a devolução por alguns empregados ou desfecho da situação, cabendo o acompanhamento em futura auditoria.

CONCLUSÕES

45. Observa-se que as determinações foram majoritariamente cumpridas pelo BRB e SEEC. Outrossim, constata-se a existência de alguns casos de ressarcimento ao erário, processos judiciais e elaboração de normas, em que é necessário o acompanhamento das medidas adotadas, ainda que em futura auditoria.

SUGESTÕES

46. Nesta esteira, sugere-se ao Tribunal:

- I. tomar conhecimento dos Ofícios Nº 206/2022 - SEE/SECEX (e-DOC 7F2ED9B7 – peça 107), 220 e 330/2022 - METRO-DF/PRE/GAB (e-DOC DF5B6A06 – peça 109, e e-DOC 143C3940 – peça 127), DIPES – 2022/014 e 2022/016 (e-DOC 907223FF e 70DEC28A, peças 119 e 134) e 2577/2022 - SES/GAB (e-DOC 89CF4969-c – peça 108), 2441/2022 - SEEC/GAB (e-DOC 5243CB0B – peça 131), das demais peças de nºs 107/135 e desta Informação;
- II. considerar cumpridos os subitens “b.2”, “d”, “e” e “f” do item II da Decisão 4387/2019, e parcialmente cumpridos os subitens “a”, “b.1”, “g” e “h” do mesmo item II da Decisão 4387/2019 e subitens “b” e “c” do item III da Decisão 682/2022;
- III. determinar à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, que envie esforços para normatizar os temas elencados nos itens V.a e V.b da Decisão 3372/2017, o que será objeto de verificação em futura auditoria;
- IV. determinar à Companhia do Metropolitano que, se ainda não o fez, conclua o Processo SEI 00097-00007660/2022-12, que trata de ressarcimento de auxílio creche em relação aos dependentes Alice Alves Amaral e Matheus Alves Amaral, o que será objeto de verificação em futura fiscalização;
- V. determinar à SE que acompanhe o deslinde do Processo TJDF 0707504-58.2021.8.07.0018, de interesse de Ronie Peterson de Oliveira Aguiar dos Santos, adotando as medidas corretivas cabíveis após o trânsito em julgado, o que será objeto de verificação em futura auditoria;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 21
Proc: 3378/19
GLC

- VI. determinar ao BRB que, adote as providências a seguir, o que será objeto de verificação em futura auditoria:
- a. nos casos de acumulação de cargos, solicite que conste na declaração emitida pelo outro órgão do empregado: carga horária, horário de trabalho, informação sobre o recebimento de algum benefício (auxílio alimentação, auxílio creche, auxílio saúde, dentre outros);
 - b. na concessão de auxílio-creche, solicite a declaração do órgão do cônjuge/companheiro(a) sobre a não-concessão do benefício em relação ao mesmo dependente;
 - c. ajuste a declaração de Inexistência de Causa de Inelegibilidade e de Impedimento para ocupação de emprego em comissão, para que faça constar menção à não condenação por prática de crimes previstos nas Leis Federais 8.069/1990, 10.741/2003 e 11.340/2006, nos termos do art. 19, § 8º, da LODF;
- VII. autorize:
- a. a remessa de cópia da decisão que vier a ser adotada, desta Informação à SE, METRO, BRB e à SEEC para adoção das providências de sua alçada;
 - b. o retorno dos autos à SEFIPE para as anotações pertinentes e posterior arquivamento.

À consideração superior.

Brasília, 28 de julho de 2022.

Gisele Luzineide Cararo
Auditora de Controle Externo